

Haroldo Hollanda

## Sarney consegue ajustar esquerda

Apesar dos avanços e recuos táticos empreendidos pelo governo no correr da semana, o presidente Sarney parece em vias de alcançar os objetivos políticos por ele perseguidos e pelo seu governo. Fez com que o PMDB, especialmente a esquerda do partido, se ajustasse aos seus desígnios de aprovar o Regimento Interno da Constituinte nos termos da concepção original do Planalto. A Constituinte fica realmente despida do poder de mudar a Constituição em vigor, a não ser através do recurso ordinário de dois terços dos votos dos atuais integrantes do Congresso Nacional. Virou Constituinte congressional.

Mas na mesma medida adverte o deputado gaúcho Nelson Jobim, do grupo Pró-Soberania e ex-presidente da OAB, que a Constituinte também não ficará submetida ao que se convencionou classificar como os atos autoritários da Constituição de 67, às medidas de emergência ou o estado de emergência. Se houver, por exemplo, uma convulsão social em determinada área do território nacional, o governo pode recorrer ao arsenal de medidas preventivas da Constituição de 67, decretando o estado de emergência. Mas a Constituinte, por um ato de decisão, pode tornar sem efeito essas providências, alegando que elas ameaçariam seu funcionamento. Até chegar lá, porém, há o que o deputado Carlos Santana chama de «duas trancas» ou de dois obstáculos a serem transpostos. O ato para ter tramitação inicial precisa contar inicialmente com um terço de assinaturas dos atuais constituintes. Preenchido esse primeiro requisito, há um segundo, antes do projeto ir a plenário. Ele deve ser aprovado pela maioria absoluta dos membros da Comissão de Sistematização da Constituinte.

Outro exemplo mais recente e atual oferecido pelo deputado Nelson Jobim: se a Câmara e o Senado resolvem funcionar normalmente e se for considerada a iniciativa em questão como ameaça perturbadora às atividades da Constituinte, tal fato poderia por ela ser sobrestado, nos termos do artigo 57, parágrafo VII do seu Regimento Interno. No entanto, ficou sepultada a hipótese da Constituinte soberana, nos termos originais em que se pretendia organizá-la. Cogitavam as esquerdas do PMDB que a Constituinte editasse atos constitucionais. Por esses atos constitucionais ou de decisão se regularia aspectos da vida nacional em qualquer campo de atividade, bem como poderia a Constituinte revogar a Constituição em vigor.

As negociações foram penosas, envolvendo o PMDB e a Frente Liberal. O presidente Sarney usou do PFL, especialmente do seu líder, deputado José Lourenço, e num plano menor do deputado Carlos Santana, líder do governo na Câmara, para fazer com que o PMDB refluísse de suas posições originais. Todos devem estar lembrados que no dia 25 do mês passado o PMDB, num ato de voluntarismo, conduzido por Ulysses Guimarães e Luiz Henrique — e contra a orientação do Planalto — tentou aprovar o Regimento Interno da Constituinte. A batalha parlamentar travada naquela ocasião entre o PMDB e o governo serviu para demonstrar que nenhum dos lados possuía força suficiente para impor sua vontade à parte contrária. O PMDB, imobilizado, revelou-se contrariado e procurou reagir com emoção ao episódio. O Planalto empregou estratégia semelhante, mandando recados duros ao PMDB, através do deputado José Lourenço. Na medida em que suas mensagens produziram os efeitos desejados, o Planalto recuou e fez sentir que o presidente Sarney não pretendia ir tão longe quanto fizera crer o deputado José Lourenço.

Mas há quem acredite que as divergências entre o PMDB e o presidente Sarney foram apenas equacionadas de momento. Outras desavenças mais profundas entre o partido e o governo devem despontar por todo o caminho da Constituinte. Ficou comprovado na prática que o Planalto não exerce completo domínio sobre o PMDB. O apoio do PMDB ao governo é crítico, como já o definiu o próprio líder da sua bandada, deputado Luiz Henrique. A Frente Liberal continua a ser o partido com cuja lealdade em bloco o governo pode contar.

Quanto à facção do PMDB que o governo tem condições eventuais de atrair para apoiá-lo, ela se revelou insuficiente para aprovar em plenário iniciativas de autoria do Planalto. Continua também a ser bastante discutível o papel a ser exercido, notadamente no PMDB, pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana. Ele não dispõe até aqui de instrumentos legais para desempenhar a contento sua função e foi recebido com bastante reserva por diversos setores do seu partido.

### Moderados

O deputado paulista Roberto Cardoso Alves revela sua intenção de reaglutinar o grupo dos moderados do PMDB, que exerceu papel decisivo na consolidação dentro do partido da candidatura Tancredo Neves à Presidência da República. Posteriormente, o grupo foi desarticulado por instruções do próprio Tancredo. O deputado Carlos Santana, que no passado integrou a corrente dos moderados, em suas entrevistas insiste sempre em dizer que o PMDB continua a funcionar como uma frente política. Exemplo expressivo disso é dado pela esquerda-independente do PMDB, que continua a funcionar como grupo dos mais atuantes no partido. O deputado Cardoso Alves adianta que, reaglutinando os moderados, tenciona fazer com que eles também venham a influir não só nas decisões partidárias como dar apoio ao governo em questões relevantes, especialmente na Constituinte.

Há também descontentamento dos moderados com os critérios adotados para o preenchimento das funções de vice-líder do PMDB na Câmara. Queixam-se de que o deputado Luiz Henrique, como líder, só estaria escolhendo para vice-líderes parlamentares oriundos da esquerda do partido.